

**COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES**  
**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2009.**  
**(Do Sr. Vanderlei Macris)**

Solicita ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informações relativas ao Projeto de Construção do Trem de Alta Velocidade – TAV.

**Senhor Presidente,**

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais que, ouvido o Plenário desta Comissão, digne-se a solicitar ao Senhor Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, para que este, requeira junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, cópia do processo dos estudos e do modelo de licitação a ser aplicada na concessão das obras do Trem de Alta Velocidade - TAV.

**JUSTIFICAÇÃO**

O projeto prevê a construção de um trem de alta velocidade - TAV, com extensão de 516 quilômetros, interligando as cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas, e tem como objetivo incrementar o desenvolvimento econômico e desafogar o sistema de transporte aéreo regional. O projeto, cujo custo inicial previstos é de US\$ 11 bilhões, ganhou significativa relevância com a confirmação do Brasil como sede da Copa do Mundo de 2014 e a perspectiva de sediar as Olimpíadas de 2016.

Por recomendação do Conselho Nacional de Desestatização - CND, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva designou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, como o responsável pelos estudos necessários ao processo de concessão da obra. O CND recomendou, ainda, que o Trem de Alta Velocidade - TAV seja incluído no Programa Nacional de Desestatização, trâmite necessário para que ele seja licitado.

Os governos dos estados de São Paulo e Rio também já anunciaram a contratação de um estudo de viabilidade para o projeto, que teria a participação do banco de fomento federal.

O governo Federal previa publicar o edital em maio/2009, realizando o leilão entre julho de agosto/2009. No entanto, até a presente data, a ANTT não divulgou o modelo, provavelmente por aguardar os estudos que estão sendo

realizados pelo BNDES , cuja finalização estava prevista, inicialmente, para março/2009.

A obra, porém, só começará a ser estruturada se os estudos de viabilidade econômica coordenados pelo BNDES mostrarem que o empreendimento é sustentável, podendo ser concedido à iniciativa privada. Outra alternativa é que as obras sejam feitas por meio de Parcerias Público-Privadas - PPPs, o que demandará investimentos também do governo.

Consultorias internacionais contratadas pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e especialistas do Banco Mundial - Bird, vão analisar o traçado, a demanda potencial e a modelagem do negócio.

Outro fato relevante, diz respeito aos projetos das obras de infra-estrutura urbana, necessárias à interligação do TAV ao sistema viário das cidades onde serão construídas as estações de passageiros, os quais dependem da aprovação e divulgação do projeto principal do TAV, para serem elaborados, aprovados e viabilizados financeiramente.

Diante do exposto, urge que esta casa, por meio desta Comissão de Viação e Transportes, faça um acompanhamento especial do processo – uma das tarefas precípuas da ação parlamentar - conhecendo as informações detalhadas dos projetos de investimentos que serão feitos a longo do trajeto do TAV, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Sala da Comissão, 26 de maio de 2009.

Deputado **Vanderlei Macris**  
PSDB/SP